

A Revista *Contabilidade Vista & Revista*, publicação trimestral impressa e eletrônica, do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis – Cepcon/UFMG, com o apoio do Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, disponibiliza todas as suas edições, com acesso gratuito, livre e irrestrito, no endereço eletrônico www.face.ufmg.br/contabilidadevistaerevista, bem como por meio de envio por mala direta aos que se cadastrarem em nossa lista. Trata-se de um Periódico Científico classificado como Nacional “B1”, segundo os critérios do Sistema Qualis determinados pela Comissão da Área de Administração, Contabilidade e Turismo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Nesta edição, a Revista *Contabilidade Vista & Revista* apresenta seis artigos inéditos. O primeiro deles, tem como autores Cláudio de Araújo Wanderley e John Cullen. O estudo apresentou, numa abordagem teórica, a pesquisa em Contabilidade Gerencial vista pela diferença entre a abordagem tradicional e as alternativas. Varrendo a literatura e todas as contribuições metodológicas, bem como o embasamento teórico utilizado pelas pesquisas, os autores defendem que os estudos alternativos são em alguns casos mais adequados do que a pesquisa tradicional, porque este último não insere a contabilidade gerencial como uma prática social. No segundo, Clésia Ana Gubiani, Lígia Maria Heinzmann, Jorge Eduardo Scarpin e Nelson Hein buscaram verificar os princípios de governança possíveis de aprimoramento nas OSCIPs de Microcrédito do Programa BADESC (Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A). Por meio de *survey* e em uma amostra com 12 OSCIPs, perceberam a existência de princípios pertinentes a Governança Corporativa nas entidades, ressaltando, contudo, a necessidade de aprimoramento desses por algumas.

No terceiro artigo, Ana Larissa Alencar Santana e Adriana Maria Procopio de Araújo buscaram levantar aspectos do perfil dos professores dos cursos de Ciências Contábeis, segundo o modelo proposto por Freire (1996). Com base na visão e percepção de coordenadores de cursos de Ciências Contábeis das universidades federais participantes do ENADE 2006, usando uma análise de correlação bivariada, verificou-se a ausência de correlação

entre o conceito do exame nacional e o perfil destes professores. Em seguida, no quarto estudo, Vera Maria Rodrigues Ponte, Márcia Martins Mendes De Luca, Heloísa Viana de Sousa, Danival Sousa Cavalcante investigaram as práticas de divulgação relativas ao teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de *impairment*), no exercício de 2008, adotadas pelas companhias abertas listadas na BM&FBovespa. Das companhias de capital aberto, 337 tiveram suas notas explicativas avaliadas em relação às práticas de divulgação do teste de *impairment*. Os resultados indicaram quantas reconheceram perdas (27) e também a prática voluntária da divulgação (199) sobre a realização do teste. Quando comparados os níveis diferenciados de governança com o tradicional, nenhuma conclusão de diferenças significativas foi obtida.

No quinto artigo, Débora Lage Martins Lélis, Laura Edith Taboada Pinheiro, Ricardo Vinícius Dias Jordão e Romualdo Douglas Colauto analisaram as diferenças entre as práticas de divulgação de informações financeiras nos Estados Unidos (EUA) e no Brasil, de empresas dos setores de telecomunicações e de consumo não cíclico com negociação nas Bolsas de Valores de ambos os países. Observaram que o volume e o detalhamento das informações financeiras evidenciadas no Brasil pelas empresas da amostra são inferiores aos divulgados nos EUA. Concluíram, portanto, que o custo de obtenção da informação pelas empresas, uma barreira “teórica” apontada à evidenciação, não explica esse fenômeno, uma vez que poucos meses após a divulgação do Relatório Anual as empresas apresentaram ao mercado norte-americano informações não divulgadas no Brasil, indicando outros fatores que podem explicar o fenômeno. O sexto e último artigo, elaborado por José Odílio Santos, Ricardo José Silva Fontes, apresenta como resultado a inadequação da utilização do Coeficiente Beta como medida única do risco financeiro, devendo sempre ser analisado juntamente com informações complementares, como as informações qualitativas relacionadas aos riscos do negócio, do setor e da conjuntura econômica. Investigando a existência de correlação positiva entre o Índice de Alavancagem, a Taxa de Retorno do Capital próprio e o Coeficiente Beta Ajustado, pelo Modelo de Blume (1975), os resultados não foram homogêneos para todas as empresas da amostra, invalidando a premissa de que não necessariamente empresas com elevados níveis de alavancagem apresentam os maiores betas e, por conseqüência, maiores custos de capital do acionista.

Desejo a todos uma boa leitura!

Poueri do Carmo Mário
Editor Científico